



Quinta-feira, 02 de setembro de 2021 às 08:54, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3260642: LEI MUNICIPAL 2.210/2021 - INSTITUI O  
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE  
GRÃO-PARÁ PREFIS/GRÃO-PARÁ

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Grão Pará

MUNICÍPIO

Grão Pará



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3260642>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



# *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.210/2021 (De 1º de Setembro de 2021)**

### **“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE GRÃO-PARÁ PREFIS/GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**HELIO ALBERTON JUNIOR**, Prefeito do Município de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ, destinado a promover a regularização dos créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Art. 2º.** O Ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei.

**§ 1º.** O Ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ implica inclusão da totalidade dos débitos inscritos em dívida ativa, mencionado no art. 1º, de responsabilidade do optante.

**§ 2º.** A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ deverá ser formalizada mediante requerimento, perante o Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

**§ 3º.** O prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ, será de 60 (sessenta) dias, a ser normatizado pelo Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir a multa e os juros dos créditos tributários, de acordo com os critérios abaixo apresentados.

**I** – Redução de 90% (noventa por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 05 (cinco) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;

**II** – Redução de 80% (oitenta por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 08 (oito) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência;



# *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**III** – Redução de 70% (setenta por cento) das multas e dos juros, para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais e fixas, vencível a 1ª parcela no último dia útil do mês do requerimento, e as demais parcelas vencíveis a cada 30 (trinta) dias, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

**§ 1º.** Os benefícios desta Lei somente incidirão sobre o saldo devedor da dívida ativa, na data da solicitação pelo contribuinte.

**§ 2º.** O contribuinte que já tiver efetuado parcelamento/REFIS, objeto (s) da Lei Municipal nº 1.189, de 17 de dezembro de 2002, da Lei Municipal nº 1.506, de 11 de dezembro de 2007, da Lei Municipal nº 1.573 de 17 de março de 2009, da Lei Municipal nº 1.722 de 29 de março de 2011, da Lei Municipal nº 1.844 de 28 de março de 2012, da Lei Municipal nº 1.916 de 22 de março de 2013, da Lei Municipal nº 1.938 de 11 de dezembro de 2013, da Lei Municipal nº 1.982 de 16 de dezembro de 2014, da Lei Municipal nº 2.027 de 12 de dezembro de 2015, Lei Municipal nº 2.057 de 14 de dezembro de 2016, da Lei Municipal nº 2.120 de 04 de setembro de 2018, da Lei Municipal nº 2.130 de 12 de dezembro de 2018 e/ou da Lei Municipal nº 2.156 de 26 de novembro de 2019, mesmo não o(s) tendo cumprido, poderá ser optante do Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ, objeto desta Lei.

**Art. 4º.** O débito será consolidado na data de opção ao Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ.

**§ 1º.** O valor da prestação não poderá ser inferior ao valor de uma UFM.

**§ 2º.** Aquele que paralisar e reiniciar atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

**Art. 5º.** A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

**§ 1º.** O contribuinte que optar pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ e que estiver sendo cobrado pela via judicial deverá comprovar o pagamento das custas judiciais.

**§ 2º.** Os devedores cuja dívida estiver ajuizada, em caso de se considerarem carentes para fins de isenção de custas, deverão pleitear os benefícios da assistência judiciária junto ao Fórum da Comarca de Braço do Norte.

**§ 3º.** Na hipótese de haver bens, penhoras em ação judicial, como garantia da dívida, somente será requerido ao Juiz da causa a liberação dos respectivos bens após pagamento integral do débito e seus acessórios.



# *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

**§ 4º.** Os devedores optantes do Programa Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ que cumprirem integralmente com o parcelamento serão isentos do pagamento de honorários advocatícios.

**Art. 6º.** A opção pelo Programa sujeita o optante à:

**I** – confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

**II** – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa.

**Art. 7º.** A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração e Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

**Parágrafo Único.** A homologação da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Grão-Pará – PREFIS/GRÃO-PARÁ não será condicionada à apresentação de qualquer tipo de garantia.

**Art. 8º.** O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

**I** – deixar de atender a qualquer uma das exigências do art. 6º;

**II** – ficar inadimplente por dois meses consecutivos do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

**III** – praticar qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

**Art. 9º.** A exclusão do Programa implicará exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante todos os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

**Parágrafo único.** A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte praticar quaisquer dos atos previstos neste artigo.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 1º de setembro de 2021.

**HELIO ALBERTON JUNIOR**  
Prefeito Municipal



# *Prefeitura Municipal de Grão Pará*

*ESTADO DE SANTA CATARINA*

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**EDMAR KEMPER NANDI**

Secretário Municipal da Administração e Fazenda